

Do virtual à realidade: o impacto do poder digital

1. A Competição: instruções gerais

Este documento traz o Caso “Do virtual à realidade: o impacto do poder digital”, tema de debate no “Desafio Jurídico Interescolar 2025”, juntamente com algumas instruções gerais. As normas completas da competição estão previstas no “Regulamento do Belavista Legal Challenge 2025”, que é fornecido separadamente, mas que deve ser considerado como parte integrante deste documento.

Os participantes devem defender por escrito e oralmente as posições sustentadas pela influenciadora digital e pela família, que propôs a ação judicial.

Tanto na fase escrita como na oral, cada equipe desempenhará o papel que lhe for atribuído, defendendo sua posição e contraditando a da outra equipe, como se representassem a influenciadora ou a família durante o julgamento. Leia as instruções de trabalho e estude os fatos do caso. Elabore a sua estratégia de análise, redija o respectivo Memorial escrito de acordo com o disposto no Regulamento e prepare as suas apresentações orais.

2. As duas etapas do “desafio jurídico Belavista”

a) Etapa Escrita

As equipes devem elaborar um documento escrito, do tipo memorial, para os Juízes de segunda instância (Tribunal de Justiça), de acordo com a função que lhes foi atribuída a desempenhar.

Na etapa escrita as equipes deverão analisar juridicamente os fatos e normas relevantes, nos termos de cada posição a ser defendida, e fornecer os elementos adequados para sustentação no debate oral, que terá lugar na audiência perante o tribunal, no dia fixado no Regulamento, em formato presencial. Deve-se assumir a posição a ser sustentada, e solicitar ao tribunal que lhes conceda a razão em virtude de uma série de elementos: o grupo que defende a família pleiteia a condenação da influenciadora digital ao pagamento de uma indenização; e os advogados da influenciadora, para declararem a legitimidade de sua atuação profissional. A análise deverá ser no âmbito do Direito em geral, podendo utilizar elementos do Direito Brasileiro, com possibilidade de apoio na

doutrina, jurisprudência e legislação de Direito Comparado. Dentre outros temas centrais, o caso compreende a análise do conteúdo e da eficácia dos direitos fundamentais, tanto em relação ao Estado, como em face de empresa se cidadãos. Podem ser levadas em consideração as convenções e elementos do Direito Internacional dos Direitos Humanos, na medida em que verifique sua aplicabilidade ao caso, e de acordo com sua posição no direito interno. Se citarem a legislação internacional, que poderá servir de fonte argumentativa, devem fazê-lo não como diretamente aplicável ao caso, mas como direito comparado, que tem autoridade (valor devido ao seu conteúdo doutrinário), mas não poder (força jurídica) para a resolução do conflito.

Para o trabalho, espera-se que saibam identificar os direitos fundamentais e os institutos de direito público e de direito privado aplicáveis, fundamentar a sua atuação no caso apresentado e apresentar os argumentos jurídicos e de outras ciências que considerem favoráveis às suas pretensões. Espera-se que consultem bibliografia em português e outras línguas, e no Memorial escrito façam citações de direito nacional, internacional e comparado.

É aconselhável também antecipar quais serão os argumentos das equipes com posição contrária, e respondê-los antecipadamente, parte no corpo do texto, parte como material reservado para o momento do debate.

b) Fase Oral

Na Etapa de Debate Oral as equipes deverão defender as ideias expressas no Memorial escrito, e contraditar aquelas defendidas pelas equipes com as quais são em debate em cada cruzamento. Não é necessário que no Debate Oral sejam utilizados exatamente os mesmos argumentos da fase escrita. Podem reiterar o raciocínio em ambas as etapas ou incorporar outros novos ou diferentes argumentos para as rodas de debate, podendo até mudar de ideia em algum aspecto. A evolução argumentativa e a estratégia fazem parte inerente da dinâmica da disputa.

3. Instruções específicas para cada equipe

a) Equipes ímpares

Os integrantes das equipes ímpares atuarão como advogados da família. Devem apresentar argumentos de direito público e de direito privado que sustentem a ação judicial instaurada contra a influenciadora digital. Os argumentos devem abordar os possíveis direitos subjetivos dos interessados e

seu fundamento abstrato, e nas situações suscitadas no caso, as questões éticas e legais a serem examinadas, bem como os danos civis.

b) Equipes pares

Os integrantes das equipes pares atuarão como advogados da influenciadora digital. Desenvolverão ideias para defender a liberdade de produzir e transmitir seu conteúdo, celebrar os contratos correspondentes com terceiros, e por quais razões tem direitos para exercer suas atividades profissionais, com base em normas jurídicas, jurisprudência e doutrina.

Ambas as equipes devem desenvolver estas ideias por escrito, em que apresentam os seus argumentos de modo concatenado. Constitui o conteúdo de uma demanda (ação judicial) e de sua resposta, mas não é necessário que introduzam todos os elementos formais dos instrumentos processuais estabelecidos no Código de Processo Civil, do Código Civil ou dos seus homólogos internacionais, mas sim que introduzam substancialmente naquele escrito, do tipo Memorial, os argumentos, apresentados de forma lógica e ordenada, acompanhados de pedidos (requerimentos).

Estes argumentos serão aqueles a serem defendidos em audiência especial para a qual os juízes do Tribunal os convocam excepcionalmente, para ouvir seus argumentos.

4. O Caso “do virtual à realidade: o impacto do poder digital na sociedade”

a) Fatos

*(Caso situacional)*¹

De um Quarto Simples à Influência Global

Joana Oliveira cresceu em uma pequena casa de dois cômodos em uma comunidade humilde no subúrbio de Recife, Brasil. Filha de Dona Maria, uma costureira que trabalhava dia e noite para sustentar os três filhos, e de Seu An-

¹ Este caso foi inspirado em fatos reais. Para resguardar os direitos dos envolvidos, foram utilizados personagens fictícios. O caso foi escrito com fins exclusivamente pedagógicos, para servir de base de análise e discussão no Belavista Legal Challenge 2025. Não tem como objetivo mostrar a forma adequada ou incorreta de tratar situações reais ou relações jurídicas, nem de servir de orientação ou endosso para tomada de decisões.

tônio, um pedreiro que nunca conseguiu trabalho fixo, Joana aprendeu cedo o valor de cada centavo.

Desde pequena, ela tinha um talento natural para contar histórias. Seus colegas de escola adoravam suas imitações de professores e relatos engraçados do cotidiano da comunidade. Apesar disso, Joana era tímida quando estava fora de seu círculo. O bullying que sofreu por usar roupas costuradas por sua mãe e por não ter um celular moderno a fazia se sentir pequena. No entanto, essas dificuldades nunca apagaram sua curiosidade e criatividade.

O Início com um celular velho

Aos 18 anos, Joana ganhou um celular usado, presente de sua tia que trabalhava como empregada doméstica. O aparelho era lento, com a câmera defeituosa, mas ela viu nele uma oportunidade. Sem acesso à internet de alta velocidade, ela ia até a praça da comunidade para usar o Wi-Fi gratuito e começou a gravar pequenos vídeos contando histórias engraçadas do seu dia.

Com um sotaque nordestino marcante e um carisma inegável, Joana começou a conquistar os primeiros seguidores. Seus vídeos mostravam a realidade de sua vida, mas sempre com humor e leveza. Em um deles, ela improvisou um “spa de pobre”, usando pepino barato e farinha de trigo como máscara facial. O vídeo viralizou e atingiu milhares de visualizações em poucas semanas.

A Virada

Com o aumento dos seguidores, Joana percebeu que poderia transformar sua paixão em um trabalho. Ela estudou marketing digital usando vídeos gratuitos no YouTube e começou a diversificar o conteúdo. Criou uma série chamada “Fazendo Muito com Pouco”, onde ensinava truques de beleza, moda e culinária com produtos acessíveis. Um de seus vídeos mais populares nasceu de uma ideia em transformar uma calça jeans velha em uma bolsa estilosa.

Foi então que sua vida mudou para sempre. Uma grande marca de produtos de beleza viu o potencial de Joana e ofereceu a ela uma parceria. Com o primeiro cachê, ela ajudou sua mãe a reformar a casa. Aos poucos, outras marcas começaram a procurá-la, e Joana aprendeu a negociar contratos e criar conteúdo mais elaborado.

Milhões de seguidores e impacto social

Hoje, aos 26 anos, Joana Oliveira tem mais de 15 milhões de seguidores nas redes sociais. Ela se tornou um ícone de representatividade, inspirando jovens

de comunidades periféricas a acreditarem em seus talentos. Seus vídeos continuam leves e divertidos, mas ela também usa sua influência para abordar temas importantes, como educação, autoestima e empreendedorismo.

Joana nunca esqueceu suas raízes. Ela criou o projeto social “Conexão Criativa”, que oferece oficinas gratuitas de produção de conteúdo e edição de vídeo para jovens de baixa renda. Além disso, Joana abriu uma loja virtual onde vende produtos feitos por pequenos artesãos da sua comunidade, ajudando-os a ganhar visibilidade.

Uma vida transformada

Joana agora mora em um apartamento confortável com vista para o mar, mas continua visitando regularmente sua antiga comunidade. Ela diz que seu maior orgulho não é o sucesso financeiro, mas sim poder transformar a vida de outras pessoas através de sua história. Em suas próprias palavras:

“Eu comecei com um celular quebrado e um sonho. Se eu consegui, você também pode. Não é fácil, mas com coragem e autenticidade, tudo é possível.”

O grande desafio

Com o sucesso estrondoso, Joana Oliveira começou a receber propostas de grandes marcas e de empresas menos conhecidas, muitas delas oferecendo cachês exorbitantes para promover seus produtos. No início, ela era criteriosa, analisando cuidadosamente as parcerias. Contudo, com o aumento da demanda e a pressão para manter seu padrão de vida e relevância nas redes sociais, Joana começou a delegar a análise de contratos e conteúdos a sua equipe de marketing.

Foi nessa fase que ocorreu o maior desafio de sua carreira. Uma marca recém-lançada no mercado, chamada “VidaPura”, ofereceu um contrato milionário para que Joana promovesse um suplemento alimentar que prometia “desintoxicar o organismo”, ajudar na perda de peso e melhorar a imunidade. Os rótulos do produto ostentavam certificações genéricas e descrições vagas, mas a empresa garantiu que tudo estava dentro dos padrões regulatórios. A equipe de Joana aprovou a campanha sem investigar a fundo a procedência e os possíveis efeitos colaterais do produto.

Joana, confiando no que lhe foi apresentado, fez uma série de vídeos promovendo o suplemento, destacando seu uso diário e os “benefícios incríveis” que sentia. Em poucos dias, milhares de seguidores adquiriram o produto, confiando cegamente em sua indicação.

A tragédia

Menos de duas semanas após o início das vendas, começaram a surgir relatos preocupantes. Seguidores relataram náuseas, dores de estômago, e, em casos mais graves, insuficiência renal e hepática. O problema escalou rapidamente, e a mídia começou a noticiar os casos de intoxicação grave atribuídos ao "VidaPura". Investigações preliminares revelaram que o produto continha substâncias tóxicas que, em doses elevadas, eram perigosas para a saúde.

A situação chegou ao ápice quando três pessoas morreram em decorrência do uso prolongado do suplemento, incluindo uma jovem de 22 anos e uma idosa que era fã fiel de Joana. As famílias das vítimas, devastadas, começaram a culpar não apenas a fabricante do suplemento, mas também Joana, por usar sua influência para promover algo sem a devida cautela.

As consequências

Joana foi duramente criticada pela mídia e pelos próprios seguidores. Hashtags como #JoanaNegligente e #InfluênciaMortal ficaram entre os tópicos mais comentados. Muitas pessoas começaram a questionar a responsabilidade de influenciadores digitais na promoção de produtos e a falta de moderação nas plataformas que permitiam esse conteúdo.

O Processo de Dona Clara contra Joana Oliveira

Dona Clara, mãe de Angélica, vivia com a filha em um pequeno apartamento em São Paulo. Viúva e com a saúde debilitada, Clara tinha em Angélica sua maior alegria e companheira. Angélica, aos 22 anos, era estudante de enfermagem e sonhava em trabalhar em um hospital público para ajudar pessoas como sua mãe. O salário de Angélica ajudava a pagar as contas da casa.

Desde a adolescência, Angélica seguia Joana Oliveira nas redes sociais. Ela admirava a trajetória da influenciadora, que também viera de uma origem humilde e havia transformado sua vida. Angélica enxergava Joana como uma inspiração e muitas vezes citava suas mensagens motivacionais para a mãe: *"Se a Joana conseguiu, eu também consigo, mãe."*

Quando Joana começou a divulgar o suplemento "VidaPura", Angélica acreditou que era uma boa oportunidade para melhorar sua saúde. Ela sofria de cansaço frequente devido às longas jornadas de estudo e estágio e achou que o produto poderia ajudá-la a ter mais energia e disposição.

Apesar de o suplemento ser caro para o orçamento apertado da família, Angélica

ca insistiu que valia a pena. Dona Clara tentou alertá-la:

“Filha, não confie tanto nesses produtos. Nem sempre o que é anunciado é bom de verdade.”

Mas Angélica confiava em Joana e na recomendação da influenciadora. *“Mãe, se a Joana usa, deve ser bom. Ela nunca indicaria algo ruim.”*

A tragédia

Angélica começou a tomar o suplemento diariamente, seguindo as instruções de uso divulgadas nos vídeos de Joana. No início, parecia que o produto estava funcionando. Angélica sentiu-se mais animada, mas, após algumas semanas, começaram os primeiros sintomas: tonturas, dores no abdômen e enjoos constantes.

Mesmo com os sintomas, Angélica não associou os problemas ao suplemento. Ela acreditava que o mal-estar era causado pelo estresse do estágio. Quando finalmente decidiu procurar um médico, seu estado já era crítico. O diagnóstico foi de insuficiência hepática, e a condição progrediu rapidamente.

Angélica foi internada, mas não resistiu. Sua morte deixou Dona Clara devastada. No atestado de óbito, o médico mencionou que o uso do suplemento foi um fator determinante para o colapso do fígado.

A Decisão de Processar Joana

Dona Clara, inconformada com a perda da filha, buscou justiça. Ela se sentia traída por Joana, que havia influenciado Angélica a consumir um produto perigoso. Apesar da dor, Clara reuniu forças para procurar um advogado e ingressar com uma ação judicial contra Joana, pedindo indenização por danos morais.

Clara também participou de entrevistas, destacando o impacto devastador do ocorrido:

“Minha filha tinha um futuro brilhante pela frente. Ela confiou em Joana como se fosse uma amiga, e essa confiança a levou à morte. Quero justiça para que isso nunca mais aconteça com outra família.”

Na ação judicial, Clara requer uma indenização de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). O pedido se baseia no profundo sofrimento causado pela morte de Angélica (danos morais), acrescido de um valor correspondente a 20 anos de salário de Angélica, uma vez que este valor era fundamental para a subsistência da família (danos emergentes).

Anexo: Roteiro prático de preparação e análise do caso pelo aluno

Com o objetivo de auxiliar o aluno a compreender o caso sob sua análise, apresenta-se a seguir um roteiro sugestivo, que perpassa pelas principais etapas seguidas pelos juristas nas mais variadas carreiras jurídicas, durante a prática do Direito. O roteiro não é exaustivo, e contempla os desafios mais elementares enfrentados diuturnamente pelos advogados, juízes, promotores e demais juristas. A metodologia ressalta o exercício das virtudes, com destaque para a prudência e a justiça, essenciais na formação do verdadeiro jurista, mas não descuida das virtudes da temperança e da fortaleza, que serão também essenciais durante as fases Escrita e Oral do Desafio Jurídico. Não há justiça senão em face de um caso concreto; do mesmo modo que as virtudes do jurista, como resultado do hábito, se incrementam com o conhecimento do Direito e da realidade.

A utilização deste roteiro pode auxiliar o aluno a vivenciar a realidade do intérprete e do aplicador da lei, que não está limitada às normas jurídicas. Considerado o Direito como o objeto da justiça, o ofício do jurista compreende o conhecimento das nuances factuais do caso concreto, o interesse das partes envolvidas, a capacidade de colocar-se no lugar dos protagonistas, bem como as habilidades de buscar as melhores referências do Direito nacional e estrangeiro, da doutrina e da jurisprudência, a fim de estabelecer um caso ou uma defesa sólidos.

O Direito não oferece uma única resposta válida para problemas complexos. Inúmeras variáveis e perspectivas podem conduzir a teses e conclusões diversas e igualmente aceitáveis, desde que estejam fundamentadas de modo aprofundado e suficiente. Esta é a vida do jurista: a busca incessante da realização do justo concreto, mediante conhecimentos do Direito e da realidade, concatenados pelo exercício constante das virtudes.

Existem também inúmeras questões ou possibilidades específicas de cada situação. Portanto, ao analisar um caso aplicando o sistema geral de perguntas abaixo sugerido, deve-se estar muito atento para intuir também aquelas questões e pontos que devem ser questionados segundo suas perspectivas e reflexões pessoais.

Com o tempo será aconselhável que o aluno deixe o “andador” que aqui se propõe, e encare o caso diretamente, munido apenas de lápis e papel, para descobrir por si mesmo, com ótimos frutos, suas muitas questões e detalhes, sem a necessidade de formular as questões detalhadas abaixo em ordem. Será o momento em que você poderá se considerar um analista avançado de proble-

mas e e casos jurídicos.

O modelo que se postula contém uma parte de reconstrução do caso, tanto nos seus aspectos factuais como jurídicos, envolvendo problemas de decisão e raciocínio. Possui outra parte de análise crítica da situação, que tenta orientar o aluno na investigação de alternativas, erros de julgamento, avaliações, possíveis soluções. Naturalmente, nem todos devem ser utilizados em todos os casos. São orientações indicativas que, em conjunto, tentam ilustrar as possibilidades de análise que um caso pode apresentar, sem prejuízo de muitas outras que podem ser desenvolvidas pelos integrantes do desafio.

Caso existam aspectos do caso que você não compreenda, total ou parcialmente, não se preocupe. Anote-os e continue lendo até o final. Em seguida, tente resolvê-los com os meios à sua disposição e, caso não consiga, não hesite em abordá-los com o professor nas sessões de preparação.

Passo 1: Reconstrução dos aspectos fáticos do caso

1. Quais são os fatos relevantes do caso? Tente responder às seguintes perguntas: quem?, onde?, quando?, quanto?, como?, por quê? etc.
2. Quais são os interesses e as reivindicações dos envolvidos? Em outras palavras, o que cada um deles pediu ou pretende?
3. A partir das respostas anteriores, o que estava sendo discutido?
4. Quais foram os argumentos fundamentais alegados pelas diferentes partes?
5. Quais poderiam ser os interesses pessoais que levam as partes a agirem de determina- da forma nesta disputa concreta?
6. Que elementos filosóficos, políticos, econômicos ou outros podem ter desempenhado um papel importante na tomada das posições das pessoas interessadas?
7. Em relação à pergunta anterior, quais são os pressupostos, valores, sentimentos, crenças, normas sociais, percepções, com os quais você entende que o juiz e a opinião pública poderiam estar avaliando os diferentes aspectos factuais e jurídicos do problema e decidindo o que deveria ser resolvido? Como abordar esses pontos para contrabalançar essas percepções, e até mesmo pré-entendimentos ou preconceitos? Que valores entram em jogo no caso?
8. Que outras opções tinham os envolvidos?
9. Você teria aconselhado algo diferente se tivesse sido consultor jurídico de seus clientes atuais?

Passo 2: Construção da decisão (ou das decisões)

1. Que normas legais ou fontes de direito são aplicáveis à resolução do caso? Por exemplo, Constituição, tratados, leis, jurisprudência relevante, princípios de direito, doutrina, acordos privados etc.
2. Quais são os principais institutos jurídicos que se debatem no caso?
3. A partir das respostas anteriores, qual poderia ser considerada a questão central do caso?
4. Existem semelhanças e diferenças entre o caso em discussão e outros que você conhece?
5. Quais são os principais argumentos para resolver numa direção ou outra? Você consegue detectar argumentos secundários, ou seja, razões que reforçam os argumentos principais, mas não são essenciais para sustentá-los?
6. Qual metodologia de interpretação ou raciocínio seria mais adequada para decidir o caso? Quais poderiam ser os argumentos e raciocínios centrais do tribunal (*holding* ou *ratio decidendi*) para apoiar a decisão num sentido ou noutro?
7. O que você espera que a parte contrária alegue para refutar os seus argumentos? Como responder a estas alegações?
8. Qual seria a sua decisão, se coubesse a você tomá-la? Quais argumentos principais e secundários você adotaria?